



PREFEITURA DE BIRIGUI
Secretaria Municipal de Saúde

EDITAL Nº 02/2025
CHAMADA PÚBLICA Nº 02 /2025 - SMS

TIPO DE CREDENCIAMENTO: Chamamento Público/Credenciamento

OBJETO: Contratação de Pessoas Jurídicas para prestação de serviços médicos em psiquiatria e serviços de psicopedagogia para rede municipal de atenção a Saúde Mental visando o atendimento de pessoas em intenso sofrimento psíquico decorrente de transtornos mentais graves e persistentes, por um período de 12 (doze) meses, prorrogáveis por iguais e sucessivos períodos, conforme Art. 106 da Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº 14.133 de 1º de Abril de 2021.

O presente edital de Chamamento Público rege-se pela Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021 que estabelece normas gerais de credenciamento e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

DADOS ORÇAMENTÁRIOS:

| GESTÃO DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE | |
|--|----------------------|
| SERVIÇO | RECURSO |
| 522 | 01 – RECURSO PRÓPRIO |
| 523 | 05 – RECURSO FEDERAL |

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Chamamento Público/Credenciamento



PREFEITURA DE BIRIGUI
Secretaria Municipal de Saúde

ÍNDICE DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO:

1. DO OBJETO
2. DOS PROFISSIONAIS E VALORES
3. PROPOSTAS PARA CREDENCIAMENTO
4. CONDIÇÕES PARA CREDENCIAMENTO
5. DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA HABILITAÇÃO
6. DA FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS
7. DAS ATRIBUIÇÕES E OBRIGAÇÕES PROFISSIONAIS
8. DO PROCEDIMENTO DE CREDENCIAMENTO, DAS ATRIBUIÇÕES E DEVERES DA COMISSÃO
9. DA ALTERAÇÃO, SUSPENSÃO E DESCREDENCIAMENTO
10. DOS RECURSOS E ESCLARECIMENTOS
11. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
12. DOS VALORES DE DESEMBOLSO
13. DO REAJUSTE
14. DA VIGÊNCIA E DAS RENOVAÇÕES
15. DA FORMA DE PAGAMENTO
16. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES
17. DOS GESTORES E FISCAIS DO CONTRATO
18. DO MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DOS CONTRATOS
19. DO RESULTADO DO PROCESSO DE CREDENCIAMENTO
20. DISPOSIÇÕES FINAIS



PREFEITURA DE BIRIGUI
Secretaria Municipal de Saúde

PREÂMBULO

SAMANTA PAULA ALBANI BORINI, Prefeita do Município de Birigui-SP, torna público que se acha aberta, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, com sede à Praça Gumercindo de Paiva Castro, s/n, Centro, nesta cidade, a contratação na modalidade **Chamamento Público de Credenciamento** que será processado nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021 e, ainda, no regramento correspondente às Normas do Sistema Único de Saúde – SUS, emanadas do Ministério da Saúde– MS e mediante as condições fixadas neste Edital e seus Anexos, que visa a Contratação de Pessoas Jurídicas para prestação de serviços médicos em psiquiatria e serviços de psicopedagogia para rede municipal de atenção a Saúde Mental, visando o atendimento de pessoas em intenso sofrimento psíquico decorrente de transtornos mentais graves e persistentes, por um período de 12 (doze) meses, prorrogáveis por iguais e sucessivos períodos, conforme Art. 106 da Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº 14.133 de 1º de Abril de 2021.

O presente credenciamento atende as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, autora e responsável pelos descritivos dos serviços licitados e as respectivas justificativas para sua contratação, através do Secretário da pasta, Sr. Roque Haroldo Bomfim, expedientes estes integrantes e indissociáveis do presente processo de Chamamento Público. As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e anexos, que dele fazem parte integrante.



PREFEITURA DE BIRIGUI
Secretaria Municipal de Saúde

1. DO OBJETO

1.1. O Objeto do presente Chamamento Público de Credenciamento consiste na contratação de Pessoas Jurídicas para prestação de serviços médicos em psiquiatria e serviços de psicopedagogia para rede municipal de atenção a Saúde Mental, visando o atendimento de pessoas em intenso sofrimento psíquico decorrente de transtornos mentais graves e persistentes, por um período de 12 (doze) meses, prorrogáveis por iguais e sucessivos períodos, conforme Art. 106 da Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº 14.133 de 1º de Abril de 2021

2. DOS PROFISSIONAIS E VALORES

2.1. O quantitativo de horas/ano a ser contratado e o valor da hora de trabalho que será pago para cada profissional, encontra-se de acordo com o valor definido pela Secretaria Municipal de Saúde, valores esses baseados na média praticada no mercado, será conforme tabela abaixo:

| Descrição | Quantidade de Horas/ano | Valor da Hora |
|-----------------------------------|--------------------------------|----------------------|
| Atendimento Médico em psiquiatria | 2.500 horas/ano | R\$ 113,10 |
| Atendimento com Psicopedagogo | 2.500 horas/ano | R\$ 37,50 |

2.2. Durante a vigência da Chamada Pública, conforme lei Federal nº 14.133 de 01 de Abril de 2021 poderão ser inseridas novas Especialidades e/ou aumentar o número de horas das Especialidades já existentes, através de Termo de Retificação do Edital.

2.3. Para fins de controle da execução contratual e preservação da qualidade do atendimento, o número máximo de horas que poderá ser efetivamente pago por profissional vinculado à pessoa jurídica credenciada será de até 04 (quatro) horas por dia para o profissional Médico e até 08 (Oito) horas por dia para o profissional Psicopedagogo. Excepcionalmente, a extrapolação desse limite poderá ser autorizada pela Secretaria Municipal de Saúde, mediante justificativa técnica e observada a disponibilidade orçamentária.



PREFEITURA DE BIRIGUI
Secretaria Municipal de Saúde

2.4. A distribuição da demanda entre os credenciados observará critérios objetivos e isonômicos, de acordo com a necessidade administrativa, observando-se, preferencialmente:

I- A ordem cronológica de Credenciamento;

II- O sistema de rodízio entre os credenciados habilitados, quando houver excesso de profissionais em relação a demanda;

III- A proporcionalidade na alocação dos atendimentos, em conformidade com a capacidade de execução informada pelas empresas e com a disponibilidade orçamentária do Município;

IV- O desempenho dos credenciados, apurado a partir dos indicadores qualitativos e quantitativos previstos nos Anexos VIII e IX deste Edital.

2.5. A Administração poderá, mediante justificativa técnica e observância ao interesse público, ajustar a distribuição da demanda entre os credenciados, registrando a decisão em processo administrativo próprio.

2.6. Durante a vigência da Chamada Pública, conforme lei Federal nº 14.133 de 01 de Abril de 2021, as empresas ficarão Credenciadas, seguindo a ordem de credenciamento, conforme item 2.2, deste Edital, para futuras contratações conforme necessidade da Secretaria de Saúde.

2.7. Caso haja necessidade em aumentar o número de profissionais, serão convocadas as empresas Credenciadas, seguindo a ordem de credenciamento, conforme cláusula 2.2 deste Edital.

2.8. Das especificações mínimas:

| ESPECIALIDADES | ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS |
|-----------------------|--|
| Médico Psiquiatra | O médico psiquiatra tem como atribuição realização de diagnósticos de transtornos mentais, a elaboração de planos terapêuticos individuais e em grupo, a prescrição e acompanhamento de medicamentos psicotrópicos, a orientação aos pacientes e seus familiares, e a participação em reuniões e atividades do centro. Além disso, o psiquiatra atua na supervisão e na capacitação da equipe da atenção básica e na manutenção do cadastro de usuários de medicações psicotrópicas. |
| | O Psicopedagogo tem a atribuição de promover e desenvolve atividades |



PREFEITURA DE BIRIGUI
Secretaria Municipal de Saúde

| | |
|---------------|---|
| Psicopedagogo | de avaliação, intervenção e acompanhamento psicopedagógico de usuários com transtornos mentais graves e persistentes, contribuindo para a estimulação cognitiva, apoio à reinserção escolar e social, participação em oficinas terapêuticas e articulação intersetorial, em consonância com o Projeto Terapêutico Singular (PTS) de cada usuário. |
|---------------|---|

3. PROPOSTAS PARA CREDENCIAMENTO

3.1. As propostas de credenciamento serão recebidas, a partir da publicação do extrato deste edital, na Secretaria de Saúde de Birigui localizada na Praça Largo Gumercindo de Paiva Castro, s/n, Centro, Birigui – SP, no setor de Protocolos, no horário de expediente compreendido entre as 07:30 horas até 11:30 e 13:00 as 16:30 horas.

3.2. O cadastramento de novos interessados permanecerá aberto permanentemente durante o período de vigência do contrato original e eventuais prorrogações oriundas da Chamada Pública nº 02/2025-SMS, conforme Art. 106 da Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº 14.133 de 1º de Abril de 2021.

3.2. Os documentos de Credenciamento deverão ser protocolados em **envelope lacrado**, endereçados a Comissão Especial de Seleção, contendo as seguintes inscrições:

CHAMADA PÚBLICA DE CREDENCIAMENTO Nº 02/2025 - SMS

DOCUMENTAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO

EMPRESA:

CNPJ:

3.4. A análise das propostas de credenciamento serão conduzidas pelos Membros da Comissão Especial de Seleção, nomeada pela Portaria nº 124, de 18 de Agosto de 2025, em um prazo mínimo de 10 (dez) dias uteis para análise dos documentos, conforme data de protocolo.

3.5. A comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância do requerimento, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado.



PREFEITURA DE BIRIGUI
Secretaria Municipal de Saúde

3.6. A Comissão de Avaliação poderá ainda, durante a análise da documentação, convocar os interessados para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários, bem como solicitar documentos complementares.

4. CONDIÇÕES PARA CREDENCIAMENTO

4.1. Poderão participar deste Credenciamento todas as Pessoas Jurídicas prestadoras de serviços Médicos e Psicopedagogos, legalmente constituídas habilitadas, com idoneidade econômico-financeiro, regularidade Jurídica e Fiscal, que não tenham sofrido penalidade de suspensão ou declaração de idoneidade por parte do Poder Público, que satisfaçam as condições fixadas neste Edital e seus anexos, e que aceitem as normas estabelecidas pelo município.

4.1.1. Para efeitos de formulação de proposta, as empresas credenciadas, deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e seus anexos, que dele fazem parte integrante.

4.2. Não poderão participar direta ou indiretamente do presente credenciamento:

4.2.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.2.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando o credenciamento versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

4.2.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando o credenciamento versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

4.2.4. Pessoa jurídica que se encontre, ao tempo do credenciamento, impossibilitada de participar do credenciamento em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

4.2.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função no credenciamento ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;



PREFEITURA DE BIRIGUI
Secretaria Municipal de Saúde

4.2.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

4.2.7. Pessoa jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.2.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

4.2.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

4.2.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, do credenciamento ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.2.11. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

4.2.12. Nos termos do artigo 10 da Lei 9605/98, não poderão participar as licitantes que possuam penas de interdição temporária de direito, que são a proibição de o condenado contratar com o Poder Público, de receber incentivos fiscais ou quaisquer outros benefícios, bem como de participar de licitações, pelo prazo de cinco anos, no caso de crimes dolosos, e de três anos, no de crimes culposos.

4.3. O impedimento de que trata a cláusula 4.2 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.



PREFEITURA DE BIRIGUI
Secretaria Municipal de Saúde

5. DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA HABILITAÇÃO

5.1. Para a devida participação, os interessados deverão protocolar os documentos de habilitação abaixo, obedecendo o seguinte:

5.1.1 As declarações, cujos modelos encontram-se nos Anexos deste Edital deverão ser firmadas pelo representante legal da empresa/entidade interessada e juntada aos documentos abaixo referidos.

5.1.2. Todos os documentos necessários à Habilitação deverão estar dentro do prazo de vigência de validade e serem apresentados no **original** ou por qualquer processo de **cópia autenticada** por Cartório competente e serão retidos para juntada aos autos do presente processo administrativo. Os documentos emitidos em meio eletrônico, com o uso de certificação digital, serão tidos como originais, estando sua validade condicionada à verificação de autenticidade pela Administração.

5.1.3 Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas até 180 (cento e oitenta) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das Propostas.

5.2. Documentos relativos à solicitação de Credenciamento:

5.2.1. Carta de Solicitação de Credenciamento (**Anexo IV**), devidamente assinado pelo responsável legal da empresa, através de documento endereçado à Comissão de Contratação Especial, e normas previstas na Lei Federal nº. 14.133/2021, bem como os Termos deste Edital de Credenciamento.

5.2.2. Dados para assinatura do contrato (**Anexo V**), devidamente preenchido

5.3. Documentos relativos à habilitação Jurídica:

5.3.1. Cédula de Identidade (em se tratando de Firma Individual).

5.3.2. Registro Comercial, no caso de empresa individual.

5.3.3. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores – (última ata de eleição).



PREFEITURA DE BIRIGUI
Secretaria Municipal de Saúde

5.3.4. Inscrição do ato constitutivo, no caso de Sociedades Cíveis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

5.3.5. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

5.3.6. Declaração de Inexistência de Fato Superveniente, consoante Anexo III;

5.3.7. Declaração Conjunta, constante do Anexo III firmada pelo representante legal da empresa, sob as penas da lei, de que a licitante não possui em seu quadro de colaboradores, empregados que se enquadrem nas situações previstas no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal.

5.4. Documentos relativos à regularidade fiscal:

5.4.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica relativa ao domicílio ou sede do proponente, pertinente e compatível com o objeto desta Chamada Pública.

5.4.2. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da Chamada Pública.

5.4.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da lei. A prova de regularidade deverá ser atendida pela apresentação dos seguintes documentos:

5.4.3.1. Certidão de regularidade para com a Fazenda Federal (certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União) juntamente com a regularidade relativa à Seguridade Social, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais, instituídos por lei, junto à Previdência Social, expedidas em conjunto pela Secretaria da Receita Federal e Procuradoria da Fazenda Nacional em conformidade com a Portaria MF 358/2014, sendo aceito documento extraído via INTERNET.

5.4.3.2. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativa aos tributos municipais relacionados com a prestação licitada, com apresentação de Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa.



PREFEITURA DE BIRIGUI
Secretaria Municipal de Saúde

5.4.3.3 Caso o Proponente tenha sede em outro Município e esteja cadastrada também como contribuinte no município de Birigui-SP, deverá apresentar a prova de regularidade mencionada no item **5.4.3**, também para com o município de Birigui – SP.

5.4.5. Certificado de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço -FGTS ou documento equivalente que comprove a regularidade.

5.4.6. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, nos moldes da Lei Federal n.º 12.440/2011, podendo ser apresentada Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeitos da CNDT, conforme disposto no §2º, do artigo 1º do mesmo diploma legal.

5.5. Documentos relativos à qualificação econômico-financeira:

5.5.1. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede (matriz ou filial) da proponente, com prazo de expedição inferior a 90 (noventa) dias da data de abertura dos envelopes desta chamada.

5.5.2. Encontrando-se a empresa em fase de recuperação judicial, para fins de participação deverá apresentar Plano de Recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, nos termos da súmula nº 50 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

5.6. Documentos relativos à qualificação Técnica:

5.6.1. Médicos

5.6.1.1. Apresentar Atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que o profissional executou ou vem executando, satisfatoriamente, o fornecimento de serviços em condições e características semelhantes com o objeto desta contratação.

5.6.1.2. Apresentar cópia do Certificado de Graduação em Medicina de todos os profissionais que prestarão os serviços, devidamente reconhecido pelo MEC e CRM.

5.6.1.3. Apresentar cópia certificado de Residência Médica e/ou Certificado da Especialidade em Psiquiatria, devidamente reconhecido pelo MEC e CRM.

5.6.1.4. Apresentar cópia autenticada da certidão de regularidade do Conselho Regional de Medicina dos profissionais que prestarão os serviços.



PREFEITURA DE BIRIGUI
Secretaria Municipal de Saúde

5.6.1.5. Apresentar comprovante de sua certificação digital, cuja assinatura eletrônica deverá atender o disposto no Capítulo IV, Art. 14, da Lei Federal nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020, pois o município de Birigui adotou o uso do prontuário eletrônico em suas Unidades de Saúde.

5.6.1.6. Apresentar comprovante no Cadastro no programa CNES (Cadastro Nacional Estabelecimento de Saúde), dos profissionais que executarão os serviços.

5.6.2. Psicopedagogo

5.6.2.1. Apresentar atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que o profissional executou ou vem executando, satisfatoriamente, o fornecimento de serviços em condições e características semelhantes com o objeto desta contratação.

5.6.2.2. Apresentar Certificado de Graduação em Pedagogia (licenciatura plena) ou Psicologia, devidamente reconhecido pelo MEC

5.6.2.3. Apresentar Certificado de formação/especialização lato sensu em Psicopedagogia, reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC)

5.6.2.4. Apresentar Cópia autenticada da certidão de regularidade do Conselho Regional de Psicologia dos profissionais psicólogos que prestarão os serviços.

5.6.2.5. Apresentar comprovante de sua certificação digital, cuja assinatura eletrônica deverá atender o disposto no Capítulo IV, Art. 14, da Lei Federal nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020, pois o município de Birigui adotou o uso do prontuário eletrônico em suas Unidades de Saúde.

5.6.2.6. Apresentar comprovante no Cadastro no programa CNES (Cadastro Nacional Estabelecimento de Saúde), dos profissionais que executarão os serviços.

Os profissionais contratados deverão manter as condições de habilitação e qualificação técnica durante toda execução dos serviços.

6. DA FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1. Os serviços deverão ser executados conforme plano de trabalho estabelecido no Termo de Referência (Anexo II) deste Edital, atendendo todas as exigências estabelecidas no Termo de



PREFEITURA DE BIRIGUI
Secretaria Municipal de Saúde

Referência, Edital, Contrato e demais anexos, assumindo inteira responsabilidade pela quantidade e qualidade dos serviços executados

7. DAS ATRIBUIÇÕES E OBRIGAÇÕES DOS PROFISSIONAIS

7.1. MÉDICO

- 7.1.1. Realizar acolhimento, consulta e avaliação clínica e psiquiátrica dos usuários.
- 7.1.2. Elaborar e acompanhar projetos terapêuticos singulares (PTS) em conjunto com a equipe multiprofissional.
- 7.1.3. Prescrever e acompanhar o uso de psicofármacos, quando necessário, com foco na desmedicalização e uso racional de medicamentos.
- 7.1.4. Atuar na redução de danos e na promoção da autonomia dos usuários.
- 7.1.5. Realizar intervenções em crise dentro do CAPS ou em domicílio, evitando, sempre que possível, internações hospitalares.
- 7.1.6. Prestar assistência em situações de crise, abstinência e intoxicações, buscando a estabilização clínica e a reinserção social do paciente.
- 7.1.7. Participar das reuniões de equipe para discussão de casos, planejamento e avaliação das ações, visando a reinserção social e a melhoria da qualidade de vida.
- 7.1.8. Contribuir com a equipe na construção de estratégias de cuidado, considerando os aspectos biopsicossociais do sofrimento psíquico.
- 7.1.9. Compartilhar saberes com os demais profissionais, promovendo a clínica ampliada e a interdisciplinaridade.
- 7.1.10. Participar de atividades educativas com pacientes e familiares, visando a promoção da saúde mental e a prevenção de recaídas.
- 7.1.11. Atuar em conjunto com a rede de atenção à saúde, como Unidades Básicas de Saúde (UBS), hospitais gerais, serviços de urgência, e outros pontos da RAPS (Rede de Atenção Psicossocial).
- 7.1.12. Participar de atividades com instituições da assistência social, educação, justiça e cultura, promovendo a inclusão social dos usuários.
- 7.1.13. Realizar visitas domiciliares em alguns casos. O médico pode realizar visitas domiciliares para acompanhar pacientes que não podem comparecer ao CAPS.
- 7.1.14. Contribuir com a formação em serviço da equipe por meio de educação permanente.



PREFEITURA DE BIRIGUI
Secretaria Municipal de Saúde

7.1.15. Promover matriciamento da equipe multidisciplinar e das equipes da Atenção Básica, visando a promoção da saúde mental, continuidade da assistência e a prevenção de recaídas.

7.1.16. Participar de supervisões clínicas e técnicas, discutindo condutas e aperfeiçoando práticas.

7.1.17. Manter os registros clínicos e administrativos atualizados nos prontuários e sistemas de informação vigente (como o e-SUS e outros), bem como serem assinados digitalmente e finalizados no término de cada atendimento.

7.1.18 Contribuir para o monitoramento e avaliação das ações do CAPS.

7.2. PSICOPEDAGOGO

7.2.1. O profissional Psicopedagogo exercerá suas funções como integrante da equipe multiprofissional do CAPS, atuando de forma articulada com os demais membros da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), em conformidade com as diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS).

7.2.2. Realizar avaliação psicopedagógica individual e em grupo, identificando dificuldades cognitivas, de atenção, memória, linguagem, leitura, escrita e raciocínio lógico, bem como seus impactos na funcionalidade e nas relações sociais do usuário.

7.2.3. Elaborar e executar planos terapêuticos psicopedagógicos, integrados ao Projeto Terapêutico Singular (PTS), voltados para estimulação cognitiva, promoção da aprendizagem, autonomia e reinserção social.

7.2.4. Conduzir oficinas terapêuticas e atividades socioeducativas que favoreçam a expressão, a criatividade, a convivência comunitária e a reabilitação psicossocial.

7.2.5. Participar das reuniões técnicas, discussões de casos e construção coletiva de condutas junto à equipe interdisciplinar, contribuindo para o planejamento terapêutico integral.

7.2.6. Articular-se com instituições escolares, serviços sociais, unidades de saúde e demais equipamentos comunitários, visando apoiar o processo de inclusão educacional e social dos usuários.

7.2.7. Acompanhar a reinserção escolar e/ou profissional, em conjunto com familiares e equipe técnica, propondo estratégias de enfrentamento às barreiras encontradas.



PREFEITURA DE BIRIGUI
Secretaria Municipal de Saúde

7.2.8. Elaborar relatórios, registros e pareceres técnicos, garantindo a continuidade do acompanhamento e a avaliação dos resultados obtidos.

7.2.9. Participar de processos de educação permanente em saúde e de ações comunitárias de promoção da saúde mental.

7.2.10. Contribuir com a equipe na construção de estratégias de cuidado, considerando os aspectos biopsicossociais do sofrimento psíquico.

7.2.11. Compartilhar saberes com os demais profissionais, promovendo a clínica ampliada e a interdisciplinaridade.

7.2.12. Participar de atividades educativas com pacientes e familiares, visando a promoção da saúde mental e a prevenção de recaídas.

7.2.13. Contribuir para a articulação com escolas, CRAS, CREAS, serviços de saúde, cultura, esporte e lazer.

7.2.14. Registrar atendimentos e evolução terapêutica nos prontuários e sistemas de informação vigente (como o e-SUS e outros), bem como serem assinados digitalmente e finalizados no término de cada atendimento.

7.2.15. Contribuir para a avaliação dos impactos das ações terapêuticas na vida do usuário.

7.2.16. Participar de momentos de educação permanente e processos de formação interna.

7.2.17. Contribuir com a formação em serviço da equipe por meio de educação permanente.

7.2.18. Promover matriciamento da equipe multidisciplinar e das equipes da Atenção Básica, visando a promoção da saúde mental, continuidade da assistência e a prevenção de recaídas.

8. DO PROCEDIMENTO DE CREDENCIAMENTO, DAS ATRIBUIÇÕES E DEVERES DA COMISSÃO

8.1. Os pedidos de Credenciamento serão recebidos pela Comissão de Seleção, que verificará se as documentações atendem as condições exigidas neste Edital e solicitará saneamento, caso necessário.

8.2. Estarão credenciadas a realizar os serviços, as empresas que apresentarem corretamente as documentações exigidas, concordando com as normas propostas pelo Município. A empresa será então convocada para assinar o contrato.



PREFEITURA DE BIRIGUI
Secretaria Municipal de Saúde

8.3. Das atribuições e deveres da Comissão de Seleção:

- 8.3.1.** Receber e organizar a documentação encaminhada pelos interessados, efetuar a sua análise e promover as diligências que entender serem necessárias;
- 8.3.2.** Dirigir aos interessados as comunicações, notificações e solicitações;
- 8.3.3.** Receber e instruir os recursos administrativos, podendo rever as decisões tomadas ou encaminhá-los para apreciação da Prefeitura Municipal;

8.4. Do processamento e julgamento dos pedidos de credenciamento:

- 8.4.1.** O credenciamento será processado e julgado pela Comissão de Seleção que, à vista das disposições deste Edital, deferirá ou indeferirá o pedido;
- 8.4.2.** A comissão poderá, se necessário, promover diligências destinadas ao esclarecimento de dúvidas ou confirmação de informações prestadas;
- 8.4.3.** A decisão quanto ao deferimento ou indeferimento do pedido será comunicada a empresa interessada;
- 8.4.4.** As decisões da Comissão que negarem o credenciamento serão sempre fundamentadas e delas caberá recurso no prazo de 3 (três) dias úteis a partir da publicação ou da comunicação da decisão, conforme Art. 165, da Lei Federal n. 14133/21.

9. DA ALTERAÇÃO, SUSPENSÃO E DESCRENCIAMENTO

- 9.1.** Durante a vigência do cadastramento, o credenciado deverá cumprir contínua e integralmente o disposto neste edital e Anexos, nos termos contratuais que celebrar com a Secretaria Municipal de Saúde de Birigui.
- 9.2.** A qualquer tempo poderá ser alterado, suspenso ou cancelado o registro do inscrito que deixar de satisfazer as exigências do Art. 62 da Lei 14.133/2021, garantido o contraditório e ampla defesa.
- 9.3.** A empresa CREDENCIADA ou a CONTRATANTE poderá solicitar a rescisão contratual, sem prejuízos, com antecedência mínima de 30 (Trinta) dias, antes de deixar de executar os seus serviços, para que a Secretaria de Saúde tenha condições de buscar alternativas de assistência ao usuário.



PREFEITURA DE BIRIGUI
Secretaria Municipal de Saúde

9.4 O credenciamento não obriga a administração pública a contratar, conforme Decreto Nº 11.878, de 9 de janeiro de 2024. A participação no presente procedimento de credenciamento não gera para os credenciados direito subjetivo à contratação, tampouco obriga o Município a realizar contratações na sua totalidade ou em caráter contínuo, ficando a efetiva contratação condicionada à conveniência e oportunidade da Administração Pública, conforme sua demanda e disponibilidade orçamentária e financeira.

9.5 A distribuição da demanda entre os credenciados será realizada mediante ordem cronológica de credenciamento. Havendo diminuição da demanda durante a vigência do credenciamento, a Administração Pública priorizará a manutenção dos credenciados posicionados nas primeiras colocações da lista, de acordo com a ordem de apresentação e deferimento da documentação. Assim, os credenciados que ingressaram por último serão os primeiros a ter sua participação reduzida ou suspensa, conforme a necessidade administrativa, observando-se sempre a ordem cronológica de credenciamento para fins de convocação, distribuição e eventual redução da demanda. Caso o credenciado convocado não tenha disponibilidade, será chamado o próximo da lista, e assim sucessivamente.

10. DOS RECURSOS E ESCLARECIMENTOS

10.1. A empresa interessada poderá interpor recurso ou solicitar esclarecimentos das decisões da Comissão que negar o pedido de credenciamento no prazo referido na cláusula 8.4.4 deste Edital.

10.2. O recurso ou solicitação de esclarecimento, devidamente assinado pelo representante legal da interessada ou por procurador regularmente constituído, deverá ser dirigido à Prefeitura Municipal, e interposto perante a Comissão de Seleção, devendo ser protocolado no endereço constante na cláusula 3.1 deste Edital.

10.3. Recebido o recurso ou solicitação de esclarecimento, a Comissão de Seleção poderá reconsiderar sua decisão, ou encaminhá-lo à instância superior, que, após regular instrução, proferirá sua decisão.

10.4. Não serão reconhecidos os recursos interpostos intempestivamente ou que não atenderem aos requisitos indicados neste Edital.



PREFEITURA DE BIRIGUI
Secretaria Municipal de Saúde

10.5. Da decisão proferida pela instância superior não caberá novo recurso administrativo.

11. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

| GESTÃO DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE | |
|-------------------------------------|----------------------|
| SERVIÇO | RECURSO |
| 522 | 01 – RECURSO PRÓPRIO |
| 523 | 05 – RECURSO FEDERAL |

12. DOS VALORES DE DESEMBOLSO

12.1. A Secretaria Municipal de Saúde utilizou como meio de pesquisas os valores praticados em órgãos Públicos e valores inseridos no Portal Nacional de Contratações.

12.2. A Secretaria Municipal de Saúde definiu como valores a serem pagos referenciados em planilha na cláusula 2.1 uma média compatível com os valores praticados no mercado.

12.3. A consulta médica compreende a anamnese, o exame físico e a elaboração de hipóteses ou conclusões diagnósticas, solicitação de exames complementares, quando necessários, e prescrição terapêutica como ato médico completo e que pode ser concluído ou não em um único momento, assim a Secretaria Municipal de Saúde definiu um valor único a ser pago por hora, independente do serviço prestado.

12.4. Define-se o valor limite para dispêndio da contratação a quantia anual de até R\$ 385.250,00 (Trezentos e Oitenta e cinco mil, duzentos e cinquenta reais), nos termos definidos no Anexo I – Termo de Referência e item 2.1 deste Edital.

12.5 O valor limite previsto na cláusula 12.4, poderá ser ampliado mediante Retificação do Edital e Termo de Referência, desde que devidamente justificado, seja pelo aumento da demanda dos serviços ou pela cobertura assistencial, condicionado à prévia e expressa demonstração da adequação orçamentária e financeira..



PREFEITURA DE BIRIGUI
Secretaria Municipal de Saúde

13. DO REAJUSTE

13.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano, contado da data de publicação deste Edital.

13.2. Após o interregno de um ano, e mediante requerimento do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, considerando o estudo do impacto financeiro pela Secretaria de Saúde.

13.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

13.4. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

13.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

13.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

13.9. Os preços atualizados somente poderão ser praticados após a efetiva assinatura do termo aditivo e modificativo pelas partes.

13.10. O objeto deverá ser executado pelo preço efetivamente pactuado.

13.11. O preço será ofertado em moeda corrente no país (real) e não será objeto de atualização financeira por via de aplicação de qualquer índice de correção monetária, ou mesmo de reajuste inflacionário.



PREFEITURA DE BIRIGUI
Secretaria Municipal de Saúde

14. DA VIGÊNCIA E DAS RENOVAÇÕES

14.1. O prazo de vigência da contratação é de 01 (um) ano contado do primeiro dia útil subsequente à data de publicação do Edital, prorrogável por até 05 (cinco) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021, desde que comprovado o preço vantajoso e conforme interesse da Administração.

14.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- d) Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
- e) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

14.3. A vigência do contrato não exonera a contratada do período de garantia mínima exigida ou ofertada na proposta, a qual consiste na prestação pela contratada de todas obrigações previstas na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 e suas alterações – Código de Defesa do Consumidor.

15. DA FORMA DE PAGAMENTO

15.1. A Secretaria de Saúde deverá promover, através da Diretoria de Atenção Básica e Especialidades, na pessoa de seu Diretor (as) Responsável, o acompanhamento e fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, e após análise dos relatórios dos serviços prestados o pagamento será efetuado.

15.2. A Coordenação das Unidades da rede de atenção a Saúde Mental da Secretaria de Saúde deverá encaminhar mensalmente o relatório de Indicadores Valorados de Desempenho, conforme Anexos VIII e IX para Diretoria da Atenção Básica e Especialidades, para avaliação



PREFEITURA DE BIRIGUI
Secretaria Municipal de Saúde

das metas valoradas Quantitativas e Qualitativas e os mesmos deverão ser juntados ao processo administrativo.

15.3. O pagamento de cada Contratada será efetuado conforme cumprimento das metas quantitativas e qualitativas e em caso de cumprimento parcial das referidas metas serão utilizados os seguintes percentuais para pagamento:

| PONTUAÇÃO OBTIDA E PERCENTUAL CORRESPONDENTE DO RECURSO FINANCEIRO | |
|---|--------------------------------|
| PERCENTUAL DO RECURSO FINANCEIRO | TOTAL DE PONTOS OBTIDOS |
| 100% | 100 a 90 |
| 90% | 89 a 80 |
| 80% | 79 a 70 |
| 70% | 69 a 60 |
| 60% | 59 a 50 |
| 50% | <50 |

15.4 – O pagamento à contratada será efetuado em até 30 (trinta) do dia da data de liquidação da nota fiscal- DDL, a contar do recebimento definitivo do objeto contratado, mediante apresentação dos documentos pertinentes e da Nota Fiscal que deverá ser eletrônica e atestada pelo setor competente da contratante.

15.5. A emissão da Nota Fiscal Eletrônica somente deverá ocorrer após a solicitação da Secretaria Municipal de Saúde através de e-mail, onde será enviado a Contratante a Ordem de Serviço.

15.6. A contratada será responsável por acompanhar o endereço de correio eletrônico por ela indicado, não podendo alegar extravio da(s) Ordens de Serviço recebida(s).

15.7. O Pagamento será creditado em nome da contratada, mediante ordem bancária em conta-corrente por ela indicada, uma vez satisfeita as condições estabelecidas pela contratante.

15.8. A Nota Fiscal que apresentar incorreção no seu preenchimento ou deixar de apresentar o que fora solicitado nos itens anteriores, será devolvida à contratada e seu pagamento ocorrerá



PREFEITURA DE BIRIGUI
Secretaria Municipal de Saúde

em até 30 (trinta) dias úteis após a data de sua última apresentação válida.

15.9. O pagamento será mensal de acordo com a apuração do cumprimento das metas quanti qualitativas.

15.10. O faturamento da nota fiscal deverá obedecer o Decreto na 7.339, de 25 de Maio de 2023 e Normativa 1234, de 11 de Janeiro de 2012 que dispõe sobre a arrecadação do Imposto de Renda incidente na fonte de que trata o artigo 158, inciso I, da Constituição Federal nos pagamentos a fornecedores por órgãos e entidades do poder executivo, e dá outras providências.

15.11. O faturamento de nota fiscal deverá seguir à data 01 a 15 de cada mês, em caso de desacordo dos prazos estabelecidos, é obrigatório refaturar a nota.

15.12. Toda nota deverá constar a Alíquota IR de acordo com natureza do bem, exemplo, produtos farmacêuticos, perfumaria e higiene pessoal 1,20%, lembrando que existem hipóteses de não retenção nas regras gerais sobre o IRRF/PJ.

16. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

16.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

16.1.1. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

16.1.2. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

16.1.3. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o credenciamento

16.1.4. Fraudar o credenciamento

16.1.5. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

16.1.5.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

16.1.5.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

16.1.5.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;



PREFEITURA DE BIRIGUI
Secretaria Municipal de Saúde

16.1.6. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do credenciamento

16.1.7. Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

16.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

16.2.1. Advertência;

16.2.2. Multa;

16.2.3. Impedimento de licitar e contratar e

16.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

16.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

16.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

16.3.2. As peculiaridades do caso concreto

16.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes

16.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública

16.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

16.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, **recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis**, a contar da comunicação oficial.

16.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

16.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.



PREFEITURA DE BIRIGUI
Secretaria Municipal de Saúde

16.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

16.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8 bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

16.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora do credenciamento, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).

16.10. A apuração de responsabilidades relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

16.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.



PREFEITURA DE BIRIGUI
Secretaria Municipal de Saúde

16.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

16.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

16.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Prefeitura Municipal de Birigui-SP.

17. DOS GESTORES E FISCAIS DO CONTRATO

17.1. A fiscalização do cumprimento do contrato caberá ao Município, através de Servidores indicados pela Secretaria Municipal de Saúde.

17.2. A fiscalização exercerá rigoroso controle em relação à qualidade dos serviços executados, a fim de possibilitar a aplicação das penalidades previstas no contrato, quando desatendidas a elas relativas.

17.3. Em atenção aos art.117, da Lei Federal nº 14.133/2.021, ficam definidos como gestor dos contratos o ocupante do cargo de Secretário Municipal de Saúde do município e como fiscal, a Diretora da Atenção Básica e Especialidades.

17.4. Em decorrência de mudanças de servidores ocupantes dos cargos mencionados na cláusula 17.3, a Gestão e fiscalização dos contratos decorrentes desse Chamamento Público, serão exercidas pelos respectivos substitutos.



PREFEITURA DE BIRIGUI
Secretaria Municipal de Saúde

18. DO MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DOS CONTRATOS

18.1. A Secretaria de Saúde deverá promover, através da Diretoria de Atenção Básica e Especialidades, na pessoa de seu Diretor (a) Responsável, o acompanhamento e fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos;

18.2. Proporcionar todas as facilidades necessárias à boa execução do serviço, como por exemplo, acesso aos locais onde os prestadores terão que adentrar;

18.3. Prestar as informações necessárias, com clareza a CONTRATADA, para execução dos serviços.

19. DO RESULTADO DO PROCESSO DE CREDENCIAMENTO

19.1. Todos os resultados do credenciamento serão publicados no Diário Oficial Eletrônico da Prefeitura Municipal de Birigui/SP, www.birigui.sp.gov.br, após homologados pelo Gestor Municipal

20. DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1. As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do certame.

20.2. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, observado o art. 183 da Lei Federal 14.133/21.

20.3. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

20.4 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.



PREFEITURA DE BIRIGUI
Secretaria Municipal de Saúde

20.5. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no site desta Prefeitura de Birigui-SP (www.birigui.sp.gov.br).

20.6. As partes deverão observar as disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e alterações, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenham acesso, para o propósito de execução e acompanhamento do Contrato, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a Contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória.

20.7. O presente credenciamento não importa necessariamente em contratação, podendo o Município de Birigui revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes do credenciamento.

20.8. Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pela Comissão, sob pena de desclassificação/inabilitação.

20.9. As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no portal eletrônico do Município e/ou Diário Oficial do Município.

20.10. A participação do proponente neste credenciamento implica em aceitação de todos os termos deste Edital.

20.11. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o de Birigui/SP.

20.12. A documentação apresentada para fins de habilitação das Empresa Credenciadas fará parte dos autos do credenciamento e não será devolvida ao proponente.



PREFEITURA DE BIRIGUI
Secretaria Municipal de Saúde

20.13. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

| | |
|-------------------|---|
| ANEXO I | Estudo Técnico Preliminar |
| ANEXO II | Termo de Referência |
| ANEXO III | Modelo de declaração conjunta |
| ANEXO IV | Solicitação de Credenciamento |
| ANEXO V | Dados para assinatura do Contrato |
| ANEXO VI | Termo de Credenciamento |
| ANEXO VII | Termo de ciência e notificação |
| ANEXO VIII | Indicadores Valorados de Desempenho- Profissionais Psicopedagogos |
| ANEXO IX | Indicadores Valorados de Desempenho- Profissionais Médicos |

Birigui, 28 de Agosto de 2025

Roque Haroldo Bomfim
Secretário de Municipal de Saúde

Samanta Paula Albani Borini
Prefeita do Município de Birigui